

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL – PARANÁ
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2015
CADERNO DE PROVA

CANDIDATO: _____ **INSCRIÇÃO Nº.** _____

CARGO: PROCURADOR JURÍDICO

ORIENTAÇÃO

1. Aguarde autorização para abrir o Caderno de Provas. Você está recebendo do Aplicador um caderno contendo QUARENTA questões. Você receberá também, o “Cartão Resposta” para transcrever as respostas desta prova.
2. A interpretação das questões é parte integrante do Processo de Avaliação, não sendo permitidas perguntas referentes às questões aos Aplicadores de Provas.
3. Conforme Edital do Concurso, este caderno contém questões objetivas, com QUATRO alternativas cada uma indicadas com as letras: (a), (b), (c), (d), sendo que apenas uma das alternativas é a correta.
4. Após sessenta minutos de prova, você receberá o “Cartão Resposta”, examine-o e verifique se o seu número de inscrição está correto. Se positivo, assine-o, caso contrário comunique imediatamente ao Aplicador de Prova. Transcreva para o “Cartão Resposta” o resultado que julgar correto em cada questão, preenchendo conforme indicação, com caneta preta ou azul.
5. No “Cartão Resposta”, a marcação de mais de uma alternativa em uma mesma questão, rasura e o preenchimento além do limite destinado para cada marcação anulará a questão. As questões em branco serão ANULADAS. Não haverá substituição do “Cartão Resposta” por erro de preenchimento.
6. Não serão permitidas consultas, empréstimos e comunicação entre candidatos, bem como o uso de livros, apontamentos e uso de celular. NÃO SERÁ permitido aparelho celular em sala de prova.
7. O não cumprimento dessas exigências implicará na exclusão do candidato do Concurso.
8. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao Aplicador de Prova. Deve entregar além do “Cartão de Resposta”, o “Caderno de Prova”, ambos devidamente assinados.

LÍNGUA PORTUGUESA

O Nariz

Era um dentista, respeitadíssimo. Com seus quarenta e poucos anos, uma filha quase na faculdade. Um homem sério, sóbrio, sem opiniões surpreendentes mas uma sólida reputação como profissional e cidadão. Um dia, apareceu em casa com um nariz postiço. Passado o susto, a mulher e a filha sorriram com fingida tolerância. Era um daqueles narizes de borracha com óculos de aros pretos, sobrelanceiras e bigodes que fazem a pessoa ficar parecida com o Groucho Marx.

Mas o nosso dentista não estava imitando o Groucho Marx. Sentou-se à mesa do almoço – sempre almoçava em casa – com a retidão costumeira, quieto e algo distraído. Mas com um nariz postiço.

- O que é isso? – perguntou a mulher depois da salada, sorrindo menos.
- Isso o quê?
- Esse nariz.
- Ah. Vi numa vitrina, entrei e comprei.
- Logo você, papai...

Depois do almoço, ele foi recostar-se no sofá da sala, como fazia todos os dias. A mulher impacientou-se.

- Tire esse negócio.
- Por quê?
- Brincadeira tem hora.
- Mas isto não é brincadeira.

Sesteou com o nariz de borracha para o alto. Depois de meia hora, levantou-se e dirigiu-se para a porta. A mulher o interpelou.

- Aonde é que você vai?
- Como, aonde é que eu vou? Vou voltar para o consultório.
- Mas com esse nariz?
- Eu não compreendo você – disse ele, olhando-a com censura através dos aros sem lentes. – Se fosse uma gravata nova você não diria nada. Só porque é um nariz...
- Pense nos vizinhos. Pense nos clientes.

Os clientes, realmente, não compreenderam o nariz de borracha. Deram risadas: (“Logo o senhor, doutor...”) fizeram perguntas, mas terminaram a consulta intrigados e saíram do consultório com dúvidas.

- Ele enlouqueceu?
- Não sei – respondia a recepcionista, que trabalhava com ele há 15 anos. – Nunca vi “ele” assim.

Naquela noite ele tomou seu chuveiro, como fazia sempre antes de dormir. Depois vestiu o pijama e o nariz postiço e foi se deitar.

- Você vai usar esse nariz na cama? – perguntou a mulher.

- Vou. Aliás, não vou mais tirar esse nariz.
- Mas, por quê?
- Por quê não?

Dormiu logo. A mulher passou metade da noite olhando para o nariz de borracha. De madrugada começou a chorar baixinho. Ele enlouquecera. Era isto. Tudo estava acabado. Uma carreira brilhante, uma reputação, um nome, uma família perfeita, tudo trocado por um nariz postiço.

- Papai...
- Sim, minha filha.
- Podemos conversar?
- Claro que podemos.
- É sobre esse nariz...
- O meu nariz outra vez? Mas vocês só pensam nisso?
- Papai, como é que nós não vamos pensar? De uma hora para outra um homem como você resolve andar de nariz postiço e não quer que ninguém note?
- O nariz é meu e vou continuar a usar.
- Mas, por que, papai? Você não se dá conta de que se transformou no palhaço do prédio? Eu não posso mais encarar os vizinhos, de vergonha. A mamãe não tem mais vida social.
- Não tem porque não quer...
- Como é que ela vai sair na rua com um homem de nariz postiço?
- Mas não sou “um homem”. Sou eu. O marido dela. O seu pai. Continuo o mesmo homem. Um nariz de borracha não faz nenhuma diferença.
- Se não faz nenhuma diferença, então por que usar?
- Se não faz diferença, porque não usar?
- Mas, mas...
- Minha filha...
- Chega! Não quero mais conversar. Você não é mais meu pai!

A mulher e a filha saíram de casa. Ele perdeu todos os clientes. A recepcionista, que trabalhava com ele há 15 anos, pediu demissão. Não sabia o que esperar de um homem que usava nariz postiço. Evitava aproximar-se dele. Mandou o pedido de demissão pelo correio. Os amigos mais chegados, numa última tentativa de salvar sua reputação, o convenceram a consultar um psiquiatra.

- Você vai concordar – disse o psiquiatra, depois de concluir que não havia nada de errado com ele – que seu comportamento é um pouco estranho...
- Estranho é o comportamento dos outros! – disse ele. – Eu continuo o mesmo. Noventa e dois por cento de meu corpo continua o que era antes. Não mudei a maneira de vestir, nem de pensar, nem de me comportar. Continuo sendo um ótimo dentista, um bom marido, bom pai, contribuinte, sócio do Fluminense, tudo como era antes.
- Mas as pessoas repudiam todo o resto por causa deste nariz. Um simples nariz de borracha. Quer dizer que eu não sou eu, eu sou o meu nariz?
- É... – disse o psiquiatra. – Talvez você tenha razão...

O que é que você acha, leitor? Ele tem razão? Seja como for, não se entregou. Continua a usar nariz postiço. Porque agora não é mais uma questão de nariz. Agora é uma questão de princípios.

(Luis Fernando Veríssimo. *O nariz e outras crônicas*. São Paulo: Ática, 1994. p. 73-6.)

1. A crônica discute vários aspectos da vida social moderna; contudo, um deles se destaca. Das palavras seguintes, qual traduz o assunto central do texto?
 - a) Teimosia.

- b) Comportamento.
- c) Casamento.
- d) Estresse

02. Em algum momento esses fragmentos demonstram os sentimentos e desejos do dentista como pessoa?

- a) Não, as pessoas só levavam em conta seu papel social.
- b) Sim, as pessoas o viam como sério, sem opiniões surpreendentes.
- c) Sim, as pessoas acreditavam nele como dentista.
- d) Não, as pessoas só levavam em conta sua reputação como profissional.

03. De modo geral, tal qual ocorreu no caso do dentista, pode-se dizer que a sociedade reserva um único destino a todos aqueles que ousam ser diferentes. Qual é esse destino?

- a) A discriminação por ser narigudo e sem opinião.
- b) A alegria de ser percebido como diferente, sóbrio.
- c) A felicidade de ser visto pelos seus valores profissionais.
- d) O isolamento em pequenos grupos ou a solidão total.

04. Por que, nas frases seguintes, o personagem emprega o artigo definido?

- a) Porque, com os definidos, a personagem confirma que é alguém que elas não conhecem bem.
- b) Porque, com os definidos, a personagem confirma que é alguém que elas conhecem: o marido, o pai.
- c) Porque, com os definidos, a personagem se defende das acusações da filha, é o marido.
- d) Porque, com os definidos, a personagem apresenta um outro personagem.

05. Marque as alternativas corretas de acordo com o gênero do discurso explorado, crônica.

- a) Ligada à vida cotidiana, um fato particular, mas reflexivo.
- b) Uso da oralidade na escrita: linguagem coloquial, informal.
- c) É narrada em terceira pessoa, narrador observador.
- d) É narrada em primeira pessoa.

Figuras de Linguagem

06. Assinale a alternativa correta. “Naquela terrível luta, muitos adormeceram para sempre”, há

- a) Um eufemismo.
- b) Uma catacrese.
- c) Uma hipérbole.
- d) Uma metáfora.

07. Na frase: “Todos somos os fios do tecido”, há um exemplo de:

- a) Eufemismo.
- b) Metáfora.
- c) Comparação.
- d) Hipérbole.

08. “Há momentos na vida que ele é como o voo dos pássaros durante o dia.” Neste trecho encontramos a figura de linguagem chamada de:

- a) Metáfora

- b) Metonímia
- c) Anáfora
- d) Comparação

09. No trecho “Não mudei a maneira de vestir, nem de pensar, nem de me comportar”, observamos a presença das conjunções “nem” que introduz uma oração:

- a) Coordenada Sindética Aditiva
- b) Subordinada Sindética Adversativa
- c) Assindética
- d) Coordenada Sindética Conclusiva

10. Marque a alternativa INCORRETA quanto à regência verbal das frases abaixo:

- a) Esqueceu-se do livro.
- b) Suas palavras agradaram os jovens.
- c) Aspiro o ar puro da natureza.
- d) Este é um direito que assiste às pessoas.

ESPECÍFICA

11. As principais inovações no âmbito do direito administrativo foram introduzidas após a Constituição de 1988. Assinale a alternativa que não corresponde a uma tendência atual no direito administrativo brasileiro.

- a) Alargamento do princípio da legalidade, pela adoção dos princípios de Estado Democrático de Direito.
- b) Fortalecimento da democracia participativa, com a previsão de inúmeros instrumentos de participação do cidadão.
- c) A pretensa crise na noção de serviço público, pela tendência de transformar serviços públicos exclusivos do Estado em atividades privadas abertas à livre iniciativa e à livre concorrência.
- d) Pressão no sentido de restrição da discricionariedade administrativa, aumentando assim o controle judicial sobre os atos da Administração.

12. A Escola Legalista, que possui suas origens na França, teve como principais nomes Macarel Foucart, Barão de Genando e De Courmenin, os quais influenciaram, no direito brasileiro do Império, o jurista Pimenta Bueno. Assinale a alternativa que não corresponde aos princípios da Escola Legalista.

- a) O Direito Administrativo tinha por objeto a interpretação das leis administrativas.
- b) O Direito Administrativo limitava-se ao complexo de princípios práticos e de leis positivas de um povo.
- c) Os doutrinadores limitavam-se a compilar as leis existentes e a interpretá-las com base principalmente na jurisprudência dos Tribunais Administrativos.
- d) O objeto do Direito Administrativo não abrangia os atos complementares.

13. Sobre a Administração Pública em sentido estrito, assinale a alternativa correta.

- a) O Governo e a função política são objeto do Direito Administrativo.
- b) Em sentido subjetivo as pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos são quem exercem a função administrativa.
- c) Em sentido estrito a Administração Pública abrange, em sentido subjetivo, os órgãos governamentais e os órgãos administrativos.
- d) Em sentido estrito a Administração Pública abrange, em sentido objetivo, a função política e a administrativa.

14. A Administração Pública, em sentido objetivo, abrange o fomento, a polícia administrativa e o serviço público. Sobre o fomento, assinale a alternativa que não corresponde a uma atividade da administração.

- a) Desapropriações, que favoreçam entidades privadas sem fins lucrativos que realizem atividades úteis à coletividade, como os clubes desportivos e as instituições beneficentes.
- b) Favores beneficentes, que estimulem atividades consideradas particularmente benéficas ao progresso material do país.

- c) Financiamento, sob condições especiais para a construção de hotéis e outras obras ligadas ao desenvolvimento do turismo.
- d) Auxílios financeiros ou subvenções, por conta dos orçamentos públicos.

15. Sobre os princípios da Administração Pública.

- I. A eficiência é o princípio que se soma aos demais princípios impostos à Administração, não podendo sobrepor-se a nenhum deles, especialmente ao da legalidade.
- II. O princípio da proteção à confiança tem sido tratado no direito brasileiro como princípio da segurança jurídica.
- III. O princípio da especialidade concerne a ideia de concentração administrativa.
- IV. O princípio da impessoalidade proíbe que conste nome, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridade, contudo permite, nos serviços públicos em publicidade de atos, programas obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos.
- V. A impossibilidade, para quem contrata com a Administração, de invocar a *exceptio non adimpleti contractus* nos contratos que tenham por objeto a execução de serviço público, não é uma consequência do princípio da continuidade do serviço público.

Assinale a alternativa correta.

- a) I, III e V são verdadeiras.
- b) II, IV e V são verdadeiras.
- c) I e II são verdadeiras.
- d) I, III e IV são verdadeiras.

16. Os poderes da administração são inerentes à Administração Pública, pois, sem eles, ela não conseguiria sobrepor a vontade da lei à vontade individual, ao interesse público e ao interesse privado.

- I. Todos os poderes da administração encerram prerrogativas de autoridade, as quais, por isso mesmo, só podem ser exercidas nos limites da lei.
- II. A discricionariedade tem inserida em seu bojo a ideia de prerrogativa, uma vez que a lei, ao atribuir determinada competência, deixa alguns aspectos do ato para serem apreciados pela administração diante do caso concreto.
- III. O poder vinculado, na realidade, encerra prerrogativa do Poder Público, pois quando se diz que determinada atribuição da Administração é vinculada, significa que não está sujeita à lei em praticamente todos os aspectos.
- IV. Os chamados poderes discricionário e vinculado não existem como poderes autônomos.
- V. Os poderes da administração pública são irrenunciáveis.

Sobre os poderes da administração assinale a alternativa correta.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) I, III, III e IV estão corretas.
- c) II, IV e V estão corretas.
- d) I, II, IV e V estão corretas.

17. Sobre as características do poder de polícia, assinale a alternativa correta.

- a) A aplicação de multa ou a impossibilidade de licenciamento do veículo, enquanto não pagas as multas de trânsito, são exemplos do atributo da exigibilidade.
- b) Quando a Administração dissolve uma reunião, apreende mercadorias ou interdita uma fábrica, ela está fazendo uso do atributo coercibilidade.
- c) O exemplo mais comum do poder de polícia discricionário é o da licença.
- d) O poder de polícia não poder ser discricionário e vinculado.

18. Hoje, no Direito brasileiro, podem ser indicadas as seguintes modalidade de restrição do Estado sobre a propriedade privada: limitações administrativas, ocupação temporária, tombamento, requisição, servidão administrativa, desapropriação, parcelamento e edificações compulsórias. Sobre este assunto, assinale a alternativa correta.

- a) As limitações administrativas impõem obrigações de caráter geral a proprietários determinados, em benefício do interesse geral, afetando o caráter relativo do direito de propriedade.

- b) O tombamento implica limitação perpétua ao direito de propriedade em benefício do interesse coletivo e acarreta ônus maior que as limitações administrativas porque incide sobre imóvel determinado.
- c) A servidão administrativa implica a instituição de direito contratual de natureza privada, impondo ao proprietário a obrigação de suportar um ônus parcial sobre o imóvel de sua propriedade.
- d) A desapropriação e a requisição de bens móveis e fungíveis afetam o caráter perpétuo e revogável do direito de propriedade.

19. A ocupação temporária é a forma de limitação do Estado à propriedade privada que se caracteriza pela utilização transitória, gratuita ou remunerada, de imóvel de propriedade particular, para fins de interesse público. Assinale a alternativa que não corresponde a um requisito de justificativa para ocupação temporária.

- a) Necessidade de ocupação de terrenos vizinhos.
- b) Realização de obras públicas.
- c) Inexistência de edificação no terreno ocupado.
- d) Não obrigatoriedade de indenização.

20. Estão obrigados à licitação todos os órgãos da Administração Pública, direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Assinale a alternativa que não corresponde a um caso de dispensa de licitação.

- a) Nos casos de emergência ou de calamidade pública.
- b) Nos casos de compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades condicionem a sua escolha.
- c) Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- d) Nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia.

21. Os contratos administrativos de que trata a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado. Assinale a alternativa que não corresponde a uma cláusula necessária a estes contratos.

- a) O objeto e seus elementos característicos.
- b) A legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos.
- c) As garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas.
- d) Os direitos e as responsabilidades de terceiros, as penalidades cabíveis e os valores das multas.

22. Na vigência de estado de sítio decretada com fundamento no art. 131, I da Constituição Federal, apenas algumas medidas podem ser tomadas contra as pessoas. Assinale a alternativa que não corresponde a uma medida autorizada durante o estado de sítio.

- a) Busca e apreensão em domicílio.
- b) Intervenção nas empresas de serviço privado.
- c) Suspensão da liberdade de reunião.
- d) Obrigação de permanência em localidade determinada.

23. O Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa e a ordem jurídica do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Com relação ao Ministério Público, assinale a alternativa correta.

- a) O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

- b) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, divisibilidade e a independência funcional.
- c) É função institucional do Ministério Público promover, em conjunto com a polícia civil, a ação penal pública.
- d) Compete ao Ministério Público o controle interno da atividade policial, na forma da lei complementar.

24. Quem pode propor a ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade?

- a) O Procurador-Geral da República, partido político com representação no congresso, o Presidente da República e o Presidente do STF.
- b) A Mesa da Câmara dos Deputados, o Presidente da República, o Governador do Estado e o Vice-Presidente da República.
- c) A Mesa do Senado, a Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal, confederação sindical de âmbito nacional e Procurador-Geral da República.
- d) O Presidente da República, o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, o Procurador-Geral da República e o Governador do Estado.

25. O Poder executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado. Quanto à vacância e substituição do Presidente da República, as afirmativas a seguir estão corretas, à exceção de uma; assinale-a.

- a) Em caso de impedimento do Presidente da República e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente do Senado Federal e o Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- b) O Vice-Presidente não poderá se ausentar do país sem licença do Congresso Nacional, por período superior a quinze dias.
- c) Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional.
- d) Vagando os cargos de Presidente da República e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição em noventa dias depois de aberta a primeira vaga.

26. Nos termos da Lei 8.429/1992, constitui ato de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito as assertivas a seguir, exceto uma; assinale-a.

- a) Incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial dos Municípios.
- b) Perceber vantagem econômica, para intermediar a liberação ou aplicação de verba privada de qualquer natureza.
- c) Receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.
- d) Receber vantagem econômica de qualquer natureza, para tolerar a prática de jogos de azar.

27. Nos termos da Lei 8.429/1992, constitui ato de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário:

- I. Permitir a permuta de serviço por preço superior ao de mercado.
- II. Celebrar contrato ou outro instrumento que tenha por objeto a prestação de serviços privados.
- III. Celebrar contrato de rateio de consórcio público com prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades previstas na lei.
- IV. Liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular.
- V. Ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em regulamento.

Assinale a alternativa correta.

- a) I, III, IV e V estão corretas.
- b) I, II e IV estão corretas.
- c) I, IV e V estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

28. Nos termos da Lei 8.429/1992, constitui ato de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública, as assertivas a seguir, exceto uma; assinale-a.

- a) Praticar ato visando fim proibido em regulamento.
- b) Facilitar publicidade aos atos oficiais.
- c) Retardar ato de ofício.
- d) Deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.

29. Sobre a Lei Complementar 101/2000, assinale a afirmativa correta.

- a) A Lei de responsabilidade fiscal não inclui a receita agropecuária na receita corrente líquida.
- b) Não serão considerados na receita corrente líquida do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e de Roraima os recursos recebidos da União para atendimento das despesas com pessoal, custeadas com recursos transferidos pela União.
- c) A Lei de Diretrizes Orçamentárias deve dispor sobre o desequilíbrio entre receitas e despesas.
- d) Deverá constar na Lei de Diretrizes Orçamentárias toda dívida mobiliária.

30. Sobre a Lei Complementar 101/2000, assinale a afirmativa correta.

- a) O Projeto de Lei Orçamentária Anual deve ser elaborado de forma compatível somente com o Plano Plurianual e com as normas da Lei Complementar 101/2000.
- b) É vedado consignar na Lei Orçamentária Anual crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
- c) A Lei Orçamentária Anual não consignará dotação para investimento com duração inferior a um exercício financeiro que não esteja previsto no Plano Plurianual.
- d) A atualização monetária do principal da Dívida Pública Mobiliária refinanciada poderá superar a variação do índice de preços previsto em legislação específica.

31. Em relação à isenção do imposto municipal, assinale a assertiva correta.

- a) São isentos do imposto imóveis de particulares, quando cedidos em comodato ao município, para fins de lazer.
- b) Os conventos quando de propriedade de entidades religiosas, a depender do culto praticado.
- c) Os imóveis de governo estrangeiro, utilizados para sede de seus consulados, independente de reciprocidade.
- d) Os imóveis constituídos pertencentes ao patrimônio de entidades culturais.

32. Três irmãs são donas de um apartamento, em proporções iguais. Em relação ao IPTU, cada irmã:

- a) Só pode ser cobrado pelo fisco na razão de 33,33% do imposto.
- b) É devedora solidária em relação ao todo do imposto.
- c) É devedora na razão de 33,3% do imposto e responsável subsidiária pelo restante.
- d) Não pode ser cobrado judicialmente pela parte da outra irmã que tenha recursos para pagá-la.

33. A prestação de serviços de rádio, através da recepção livre e gratuita, configura hipótese de:

- a) Isenção tributária.
- b) Imunidade fiscal.
- c) Incidência de ICMS
- d) incidência de ISS

34. É vedado ao município instituir imposto sobre as afirmativas a seguir, exceto uma; assinale-a.

- a) Álbum de figurinhas.
- b) Patrimônio de partido político, mesmo que não atenda as suas finalidades essenciais.
- c) Serviços públicos prestados por escolas estaduais.
- d) DVD.

35. Em relação à fiscalização externa exercida pela Câmara Municipal de Palmital, assinale a alternativa correta.

- a) A função de fiscalização externa é exercida sem o auxílio de qualquer órgão.
- b) O acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias da própria Câmara Municipal.

- c) Julgamento da regularidade das contas dos responsáveis por bens e valores públicos.
- d) Apreciação das contas do exercício financeiro, apresentadas pelo Secretário de Finanças.

36. Sobre as funções da Câmara Municipal de Palmital, assinale a alternativa correta.

- a) A Câmara tem funções legislativas, exerce atribuições de fiscalização externa, financeira e orçamentária, controle e assessoramento dos atos do Executivo e pratica atos de administração mista.
- b) A função de controle é de caráter político-administrativo e se exerce sobre o Prefeito, Diretores Municipais, Mesa do Legislativo, Vereadores e agentes administrativos sujeitos à ação hierárquica.
- c) A função de assessoramento consiste em sugerir medidas de interesse público ao Executivo, sem necessidade de indicações.
- d) A função administrativa é restrita a sua organização interna, à regulamentação de seu funcionalismo e à estruturação e direção de seus serviços auxiliares.

37. Em relação à competência exclusiva do Congresso Nacional, assinale a afirmativa correta.

- a) Aprovar previamente, por voto secreto, após a arguição, a escolha de diretores do Banco Central.
- b) Eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII, da CF.
- c) Autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos.
- d) Autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

38. No que concerne à ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

- a) O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade.
- b) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em sessenta dias.
- c) Quando o STF apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará o Procurador-Geral da República, que defenderá o ato ou texto impugnado.
- d) O STF poderá de ofício ou por provocação, mediante três terços dos seus membros, solicitar ao STJ apoio para apreciar a inconstitucionalidade da norma.

39. Sobre os Deputados e Senadores, as afirmativas a seguir estão corretas, à exceção de uma; assinale-a

- a) Não poderão, desde a expedição do diploma, aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado.
- b) Não poderão, desde a expedição do diploma, ser titular de mais de um cargo.
- c) Desde a posse, não poderão ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis *ad nutum*.
- d) Desde a posse, não poderão ser proprietários de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público.

40. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social. Sobre o estado de defesa, assinale a alternativa correta.

- a) O decreto que institui o estado de defesa não precisa determinar o tempo de sua duração, apenas deverá especificar as áreas a serem abrangidas.
- b) Durante o estado de defesa poderá ser adotada a medida de detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns.
- c) Decretado o estado de defesa, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional.
- d) Quando há rejeição do decreto que institui o estado de defesa, cessa em vinte e quatro horas o estado de defesa.

CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE PALMITAL

CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2015

CARGO: PROCURADOR JURÍDICO

GABARITO PRELIMINAR
CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 001/2015

GABARITOS PRELIMINARES
CARGO: PROCURADOR JURÍDICO

01	B		11	D		21	D		31	D
02	A		12	D		22	B		32	B
03	D		13	B		23	A		33	B
04	B		14	B		24	C		34	B
05	C		15	C		25	D		35	C
06	A		16	D		26	B		36	D
07	B		17	A		27	C		37	C
08	D		18	B		28	B		38	A
09	A		19	D		29	B		39	B
10	B		20	C		30	B		40	C